

O que está em jogo no protesto dos pescadores e dos camionistas?
página 4

Reportagem em Quarteira
página 5

Não pode ser o capital a ditar como se organizam os sindicatos
página 6

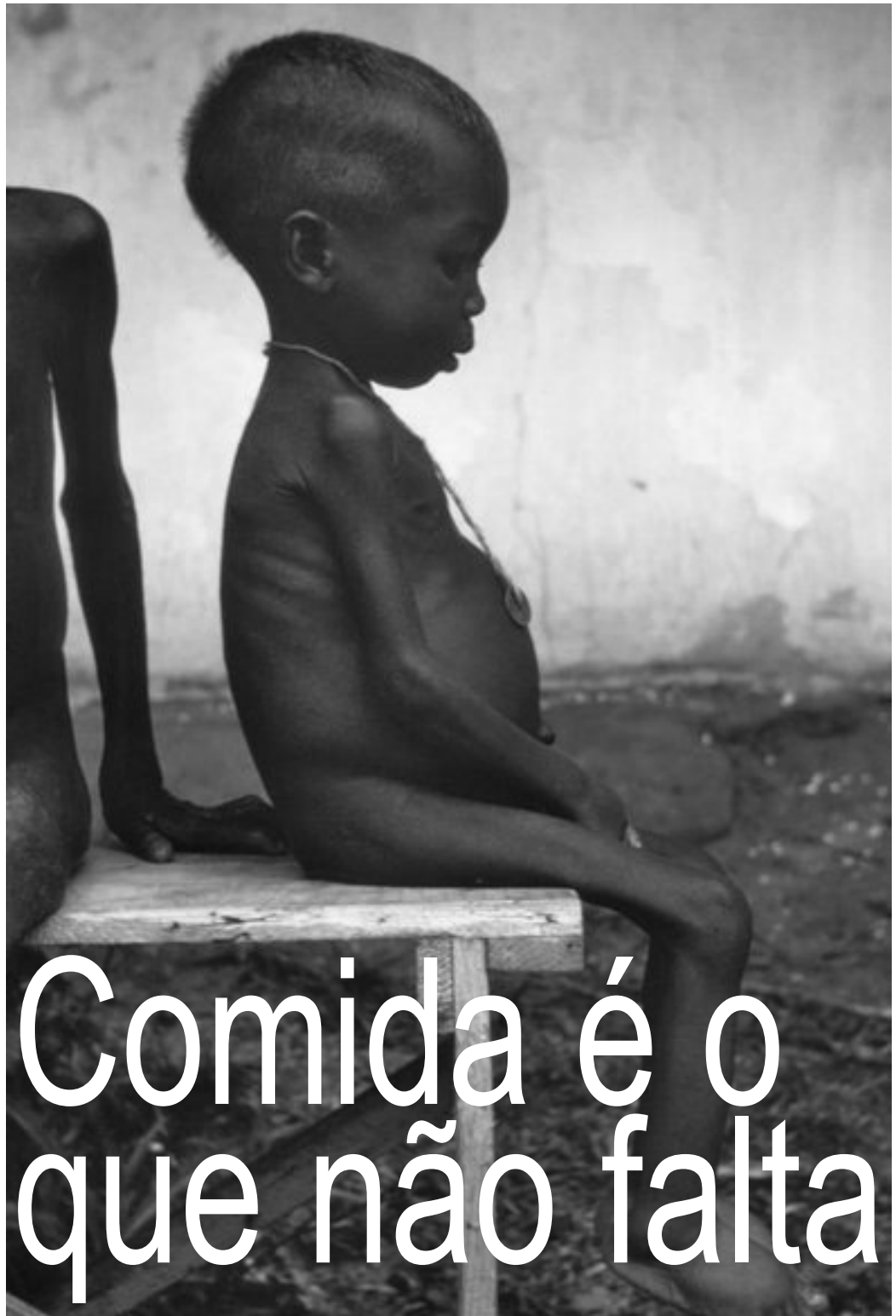
Como o SIRESP foi adjudicado por cinco vezes mais do que vale
página 7

O que é uma esquerda que não seja anticapitalista?
página 7

Bloco tenta capitalizar à esquerda do PS
página 11

A directiva da vergonha
página 13

Suíça: Nestlé contrata espões
página 14



Comida é o que não falta

Enquanto 18 mil crianças morrem de fome por dia em todo o mundo, enormes quantidades de produtos agrícolas produzidos nos países ricos são armazenados ou destruídos para manter elevado o nível de preços no mercado.

Em poucos meses, a subida dos preços dos bens alimentares colocou milhões de pessoas na condição de famintos. Cem milhões de pessoas podem morrer sobretudo na América Latina, em África e na Ásia.

Dossiê nas páginas 8 a 10

CGA tem filhos e enteados

Se entrarem no *site* da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em “perguntas frequentes”, encontrarão um aviso a informar que “em consequência de um acréscimo extraordinário do número de requerimentos de contagens de tempo e de pensões de aposentação e de sobrevivência, etc. etc.” os processos estão atrasados. E como solução é-nos pedido que nos limitemos a “aguardar a conclusão do processo” como forma de “evitar maiores constrangimentos à actividade” dos serviços.

Parece, pois, que as reformas, para o comum dos mortais, estarão bastante demoradas. Mas não para alguns, embora a lei diga que somos todos iguais. Para a CGA há filhos e enteados.

A propósito disto, transcrevo um e-mail que enviei no sábado, 31 de Maio de 2008, para a CGA, que dá conta de uma situação vivida por mim.

Exmos Senhores:

Entreguei o requerimento para a minha reforma antecipada no dia 20-2-2008, no meu serviço, o Instituto de Tecnologias de Informática na Justiça. Segundo informação vossa está a aguardar tratamento, ou seja, está para demorar.

Ora, soube quarta-feira, dia 28-05-2008, que o processo de uma colega do mesmo serviço que pediu a sua aposentação no início de Maio já foi despachado, com efeito a 01-06-2008 (cerca de 15 dias de espera).

Será que esta enorme diferença tem a ver com o facto de a pessoa em questão ser mulher de um ex-ministro? Se assim for é chocante. Se houver outra explicação gostaria de ser posta ao corrente da mesma.

Informo ainda que vou enviar este assunto para o Presidente da República, o 1.º Ministro, a Assembleia da República, Provedor de Justiça e todos os meios de comunicação social de que me conseguir lembrar.

Espero a vossa resposta em breve.

Teresa Monteiro



O Estado faz a lei, o Estado foge da lei

Um amigo contou-me, a medo, esta história: uma delegação algarvia, com sede em Faro, duma instituição estatal nacional de apoio social está alegadamente impedida de fazer contratações, mas precisa, como de pão para a boca, de técnicos especializados que não existem nos seus quadros.

Faz, então, protocolos com associações e/ou fundações e, ao abrigo desses protocolos, paga a essas associações/fundações verbas que servem para essas associações/fundações «pagarem» a técnicos altamente qualificados que passam a executar funções nessa tal delegação, sob a chefia dos quadros superiores dessa instituição.

Confuso? Não. É o Estado a

escapar, à custa da precariedade dos funcionários de que precisa, das leis que ele próprio hipocritamente se impõe. E como evitam eles a ilegalidade de sucessivos contratos a termo? No limite do prazo legal, trocam a associação com quem fazem o protocolo e o mesmo técnico contratado a termo passa a receber por outra instituição. E assim se mantêm trabalhadores altamente especializados a exercerem funções nessa instituição estatal numa situação de incerteza, anos a fio, totalmente dependentes da boa vontade do chefe.

M. Costa

Tempos difíceis

Os tempos não são fáceis e para publicar um jornal como o Mudar é preciso ter coragem. Primeiro que tudo, era preciso que entre nós, malta da

esquerda, nos deixássemos das divergências do costume. Pessoalmente gosto do jornal e tenho enviado para os meus amigos o *site* na *net*, porque penso que o mais importante é trazer pessoal que nunca participa em nada. Eu penso que aí é que está o grande desafio que o jornal pode ter: informar das lutas que se vão travando para trazer malta que nunca participa em nada. Se essa batalha for ganha, acho que estão de parabéns.

Emanuel Cruz

Com a corda na garganta

A quem me estiver a ler, aqui fica a minha reflexão. Achar que o problema é só dos que têm vindo para a rua protestar? Dos que tiveram a coragem de fazer greves e paralisações? Achar que são todos uns perigosos comunistas que vos roubarão a casa e o pão que ainda comem? Estão contentes e felizes com este governo e ainda acreditam na propaganda dele?

Julgo que não. E mais. Quando vos dizem que não há outra forma de equilibrar o famigerado deficit senão aumentar escandalosamente os impostos que todos nós e as pequenas emédias empresas religiosamente

pagam, por que razão não se cobra a quem mais lucro especulativo tem? A que título não existe um imposto sobre as grandes fortunas? A que título se permite ao capital financeiro e especulativo “residir” nos chamados *off-shores* (incluindo o da Madeira) e, à banca, pagar menos IRC do que qualquer empresa nacional produtiva? A que título uma “elite” parasitária saltita do parlamento e cargos governamentais para conselhos de administração de empresas públicas, acumulando chorudas indemnizações, subsídios e reformas?

Pensem nisso. E, depois, digam-me lá se preferem continuar a ser explorados ou se se dispõem a lutar pela vossa dignidade e sobrevivência. Espero que o façam. Para bem de todos nós e do país que é o nosso.
Alvaro Fernandes

O Não da Irlanda

O Não da Irlanda representa o Sim por uma Europa dos cidadãos, contra a Europa dos burocratas e antidemocratas da Comissão da UE, do directório e dos governos - como o português - que lhes prestam vassalagem.
Fernando Barão

MUDAR DE VIDA

Redacção Cristina Meneses, João Bernardo, José Mário Branco, M. Gouveia, Manuel Raposo, Pedro Goulart Colaboradores António Louçã, Cândido Guedes, Carlos Completo, Carlos Simões, Eugénio Silva, Chico Peixoto, Manuel Monteiro, Renato Teixeira, Rita Moura, Rui Pereira, Urbano de Campos Cartune Manuel da Palma Site David Raposo

Apartado 75066 EC Calçada de Carriche 1750-999 Lisboa

jornalmudardevida@gmail.com www.jornalmudardevida.net

Assinaturas: 1 ano (12 números): Donativo mínimo 15 € / Apoio, o mais possível

O MV só pode existir com uma forte adesão de assinantes

Para receber o seu exemplar do «Mudar de Vida» todos os meses, faça uma assinatura. O projecto precisa do seu apoio.

Milite no «MV» através da angariação de novas assinaturas de familiares, colegas de trabalho, amigos, vizinhos. Estamos no limiar de ultrapassar as duas centenas de assinaturas mas precisamos de muitas mais. O processo de assinatura é fácil mas fazemos um apelo aos assinantes que ainda não liquidaram o pagamento: não suspendemos qualquer envio ainda que a produção em

tipografia e os encargos de expedição sejam elevados. Contamos com a sua célere regularização. Os pedidos de assinatura podem ser feitos no [sítio www.jornalmudardevida.net](http://www.jornalmudardevida.net) (Assinaturas). Indique nome, morada, código postal e proceda ao pagamento por transferência bancária em qualquer caixa Multibanco (seleccionar "Outras Operações" e "Transferências"),

inserindo a quantia a transferir e o NIB da conta de destino 0032 0114 00200524301 33. Para não ficarmos sem saber de quem vem o contributo não se esqueça de nos enviar um e-mail a comunicar a sua transferência. Se preferir, utilize o correio; envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual pretende iniciar a assinatura e junte um cheque traçado ao portador.

Ardinas MV

Equipas de distribuição do «MV» estiveram nos desfiles e manifestações dos últimos meses.

Entre aqueles que já conhecem o jornal, e querem ver o número mais recente, e aqueles que são surpreendidos pela sua existência, a simpatia e a receptividade são bastante boas e vêm melhorando. Os números estão aí para o provar; em exemplares distribuídos e em contributos recebidos. Mas ninguém fica sem o seu exemplar se não tiver a moeda a jeito. O saco de ardina que nos identifica, que se deve ao empenho e criatividade de camaradas do Porto, para além de bem concebido e prático, fez baixar a desconfiança que por vezes sentíamos e a incontornável pergunta "quem são vocês?"

Vários foram os que nos abordaram, particularmente jovens. Na verdade, foram muitos os que vieram à rua nestas últimas concentrações, com destaque para



a realização da primeira manifestação de precários, em Lisboa, que teve início no Largo Camões e foi engrossar o grande encontro popular na Fonte Luminosa onde terminou o desfile do 1.º de Maio.

«Mudar de Vida», como jornal popular, procura dar voz a todos quantos quiserem participar na sua feitura. Para além disso, contamos com a força de todos quantos queiram participar na sua distribuição. Se no seu local de morada ou de emprego quiser ajudar na difusão do MV, não hesite em contactar-nos.

«Chamamos todos os que não se conformam com a actual impotência do mundo do trabalho a colaborar connosco para vencermos a resistência do capitalismo a abandonar a cena histórica.»

Manifesto do Colectivo Mudar de Vida, Janeiro 2007

Próxima edição Setembro

Por motivo do período de férias de verão que se aproxima, a edição n.º 10 do MV (versão em papel) sairá nos primeiros dias de Setembro. Porém, o MV digital continuará a ser editado regularmente, mantendo-se assim activo e actualizado. Os leitores podem pois continuar a enviar-nos as suas opiniões e comentários, divulgação de iniciativas, reportagens, imagens... Não deixe de visitar o nosso [sítio](http://www.jornalmudardevida.net) e dê-nos notícias.

União a golpe

O Tratado Constitucional europeu é um passo na unificação política do capitalismo do Velho Continente.

Três pontos são chave: criar o cargo de presidente da União; designar um ministro dos Negócios Estrangeiros; e revogar as regras de decisão a favor dos centros capitalistas mais poderosos.

A Europa dos patrões precisa desta couraça institucional para enfrentar os seus competidores mundiais; e para disciplinar as centenas de milhões de trabalhadores que o esbater de fronteiras vai colocando lado a lado.

Seria ingenuidade esperar que a consolidação de uma potência imperialista, como é o caso, fosse pautada por regras democráticas. A razão é simples: para dar curso aos propósitos do capital europeu as massas trabalhadoras têm de ser arremetidas para o projecto imperialista, mas afastadas de qualquer poder de decisão.

O Não dos irlandeses – feito da soma de diferentes posições políticas, como antes na Holanda e em França – confirma a tendência para as populações se pronunciarem contra quando têm oportunidade.

A resposta do poder confirma igualmente os reflexos anteriores: se não vai a bem vai a mal, nem que seja preciso varrer qualquer participação popular.

Anuncia-se sem reboço um golpe de Estado: prosseguir a aprovação do Tratado contra a regra da unanimidade, sugerir limitações na atribuição de fundos europeus, isolar a Irlanda, dar o voto como nulo e seguir em frente. O tom de ameaça é aberto e resume-se a dizer aos dirigentes irlandeses: resolvam o problema. A vontade dos eleitores, tratada como um escolho a remover de qualquer maneira, não conta rigorosamente para nada. Mais tarde ou mais cedo a burguesia europeia vai impor a sua carta constitucional. Mas nestas alturas críticas a face ditatorial da União emerge mais clara.

Esse é o real ganho do Não.

O que está em jogo no protesto dos pescadores e dos camionistas?

Na luta dos pescadores e na dos camionistas misturaram-se interesses distintos de patrões, de trabalhadores por conta própria e de assalariados. De resto, os termos gerais usados pela comunicação social para designar os intervenientes – “pescadores” e “camionistas” – mascararam as diferenças sociais presentes no protesto. E o termo “greve” mascara também o facto de se tratar sim de um *lockout* dos patrões da pesca e dos transportes rodoviários com o apoio dos trabalhadores propriamente ditos.

Ora, essa mistura não aproveita aos trabalhadores. Basta ver como os pescadores assalariados e os pescadores por conta própria serviram de tropa de choque dos armadores para erguer e dar peso ao protesto, forçando o governo a negociar; e, logo a seguir, foram mandados para o mar, sem que para eles nada mudasse, assim que os empresários obtiveram umas quantas garantias do governo.

Esta dependência valeu aos pescadores portugueses recriminações por parte dos seus colegas espanhóis que os acusaram de terem abandonado a luta por nada, a não ser a fome que já passavam antes. A ira dos pescadores espanhóis viu-se no corte que fizeram da ponte do Guadiana, em Ayamonte. O mesmo aconteceu nos transportes com resultado semelhante. É o agravamento da crise económica, no caso a subida vertiginosa dos combustíveis, que acirra a competição entre pequenos e grandes capitais e que empurra todas as classes para o protesto. Os trabalhadores porque, vendo as empresas em risco, querem assegurar o emprego; os trabalhadores por conta própria porque procuram defender-se do esmagamento pelas grandes empresas; e estas porque querem manter ou mesmo subir as margens de lucro. Mas, nesta luta aparentemente comum, as saídas pretendidas são diferentes: a baixa do preço do combustível que é reclamada não vai traduzir-se nem em melhores salários nem em baixa de preços dos produtos, mas sim em margem de lucro dos capitais. Basta ver como as reivindicações se limitam à questão dos custos dos transportes ou do pescado decorrentes do preço dos combustíveis – e de salários nem se fala. A crise vai (e está a ser explicitamente aproveitada para) liquidar boa parte dos pequenos empresários e dos trabalhadores artesanais, quer na pesca quer nos

transportes rodoviários. Na linguagem do capital, trata-se de criar empresas “competitivas”. Ora, isso significa liquidação de boa parte das empresas mais pequenas ou mais fracas, proletarização dos trabalhadores individuais, reforço das empresas maiores com concentração do capital – e despedimentos em números consideráveis.

Os assalariados dos dois sectores entram no protesto porque temem perder o emprego. De facto, os seus empregos estão ameaçados pelas falências e é por isso que se colocam ao lado dos patrões neste protesto. Mas de nada lhes servirá essa união de circunstância se não aproveitarem a luta para colocarem as suas exigências como assalariados: melhores condições de trabalho, salários mais altos, garantias de emprego, etc. – as mesmas que, pelo menos nas lutas dos camionistas, têm sido levantadas. Por que não fazê-lo agora quando os patrões estão entalados e precisam do apoio dos trabalhadores?

Não o fazendo, é de prever que saiam da luta em posição mais fraca que antes. Na melhor das hipóteses podem ajudar a adiar as falências, mas não as evitarão, e acabarão despedidos mais tarde. Porque impedir as falências não depende da sua vontade – e se dependesse seria à custa de aceitarem piores condições de trabalho.

Atente-se nisto: do acordo estabelecido entre o governo e a ANTRAM (a associação dos patrões dos transportes de mercadorias) faz parte a criação de um grupo de trabalho para “adaptar a legislação laboral do sector”, principalmente para rever as cargas horárias máximas previstas pela lei – o que só pode significar a legalização das brutais horas de trabalho que já são de facto impostas aos motoristas.

Em vez de seguirem a reboque da luta, os trabalhadores de ambos os sectores deviam passar para a frente. Consegui-lo-iam fazendo corpo com os colegas espanhóis e outros. O protesto, pela sua origem, é internacional e esse factor, aproveitado em pleno, reforçaria a capacidade de luta em cada país.

O silêncio, as meias palavras e a hesitação com que os sindicatos acompanharam os acontecimentos só se explicam pelo temor de levantar as exigências próprias dos trabalhadores em demarcação com as das outras classes que participam no protesto – quando é precisamente este um dos momentos em que tais exigências mais eco e apoio público poderiam ter.

BREVES

Carne para canhão

Na madrugada de 12 de Junho, foi anunciado com grande destaque o fim da paralisação das pequenas empresas de camionagem. A SIC-Notícias emitiu uma longa entrevista do ministro Mário Lino onde este repetiu os argumentos do governo. Um dirigente da Comissão de paralisação justificou o fim do movimento com “a boa vontade do governo” e a intenção de provar que “somos pessoas civilizadas, e não bandidos que estão a bloquear o país”. Mas os transportadores de terra e inertes discordaram e, em muitos piquetes, havia forte resistência à desmobilização. Num deles, o motorista assalariado dizia à reportagem TV: “Isto afinal é só para os patrões. Nós somos apenas carne para canhão”.

Defensor da ordem

Perante as perturbações causadas pelos protestos dos camionistas e dos pescadores (falta de combustíveis, supermercados sem abastecimentos, etc.), António José Teixeira, novo director de política da SIC, fala de grave ameaça à “autoridade do Estado”, de “violação do Estado de direito” e, num tom severo que lhe era pouco habitual, criticou a inexistência de “serviços mínimos” e invectivou a inércia do governo, do presidente da República e do Ministério Público. Nos telejornais seguintes, a tecla foi repetidamente batida – claramente com o propósito de criar ambiente para uma acção repressiva.

O prémio

A empresa Silva Vieira, a maior do sector das pescas, com uma frota de 20 navios e 44% da pesca longínqua do bacalhau, acaba de parar a actividade de 4 navios, despedindo 219 pescadores alegando que a subida do preço do gasóleo não permite rentabilizar esses barcos. Não sabemos se os pescadores despedidos estiveram “ao lado” dos patrões da recente paralisação nem vislumbramos qualquer reacção do Sindicato dos Pescadores.

Soares preocupado

Em artigo no *Diário de Notícias* de 27 de Maio, Mário Soares diz-se chocado e entristecido por Portugal aparecer na cauda da União Europeia quanto à pobreza e às desigualdades. Diz que somos o país da UE “socialmente mais desigual e injusto, ombreando com a América de Bush”. Alguém distraído pode julgar que este não

é o mesmo dr. Soares servidor das multinacionais e do FMI, que “meteu o socialismo na gaveta”, que dirigiu o bloco central entre 1983 e 1985, cujo governo trouxe mais pobreza e repressão aos trabalhadores e ao povo. Eram então habituais, sobretudo na região de Setúbal, manifestações com bandeiras negras da fome. Soares, depois de

instar o governo de Sócrates a intervir prioritariamente na saúde, na educação, no desemprego e na segurança social, alerta para a possibilidade de o PS perder para o PCP e o BE votos (de protesto) que muita falta lhe farão em tempo de eleições. Pelo que se conhece do percurso do dr. Soares, não há dúvidas sobre a sua grande preocupação: não que piore a vida do povo, mas que o PS perca as eleições e o poder.

Pedro Goulart

BREVES

TAP paralisa

O Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA) anunciou paralisações diárias de uma hora a realizar de 7 a 13 e de 21 a 27 de Julho próximo.

Esta decisão foi tomada durante uma paralisação efectuada pelos trabalhadores de terra da TAP em 18 de Junho e prendeu-se com a recusa da administração da empresa em actualizar os salários este ano, a pretexto de que a companhia atravessa uma crise e que o governo impôs lucros de 64 milhões de euros para 2008. Também para Julho está prevista uma greve dos trabalhadores de *handling*, porque o pessoal da *Groundforce*, empresa detida em cerca de 50% pela TAP, está em protesto contra o não cumprimento do acordo de empresa pela administração.

Agora, o BNP...

Gestão danosa, viciação das contas, transferência de perdas para *offshores*, etc., são alguns factos que a *Operação Furacão* investiga no Banco Português de Negócios e que o colocam à beira da insolvência. A Sociedade Lusa de Negócios, a mesma que foi bafejada com o Siresp, detém o BPN e está a tentar de remendar a situação.

Falir está a dar

A empresa cerâmica Secla, das Caldas da Rainha, vai encerrar no final do mês despedindo 260 trabalhadores. Os patrões declaram sem reboço que só pagarão metade do que é devido – meio salário por cada ano de serviço. E dispõem-se a não cumprir a lei com o argumento de que a empresa “não tem condições”. A Secla, que pertence aos proprietários da Cerâmica Valadares, tinha três fábricas e empregava mil trabalhadores. Duas foram vendidas à banca por 11 milhões de euros já este ano para, diziam, “evitar a falência”. Os terrenos e edifícios situam-se numa zona de expansão da cidade, envolvidos por empreendimentos imobiliários. Mais uma falência rendosa.

«O ministro não sabe pescar»

Pequenos armadores de Quarteira em luta



Fomos a Quarteira, em pleno *lockout* dos armadores (a que a comunicação social chamou «greve dos pescadores»). Pescadores, empregados e patrões, juntavam-se indistintamente no largo entre a lota e a Praça do Peixe, de atalaia, com o objectivo de impedir que aí fosse descarregado peixe encomendado pelos comerciantes para tentarem boicotar a sua luta.

Pedimos para falar com pescadores: das duas primeiras vezes, dirigiram-se a nós pequenos armadores. Para conseguirmos entrevistar um pescador operário, tivemos que explicitar que gostaríamos de falar com pescadores «que só fossem empregados».

Ao menos, devolvam a ‘caldeirada’

Há dois anos e meio, em nome do dito sacrifício pedido a todos os portugueses em nome da redução do défice, o Governo de Sócrates tirou-lhes a «caldeirada», ou seja, o direito de poderem dispor livremente de 15 a 20% do que pescam (consoante o tamanho da empresa). Desde aí, pagam impostos sobre a totalidade do pescado entregue na lota, sujeitando-se às manobras especulativas daqueles que controlam o leilão aí efectuado. Chegam a deixar lá a faneca a 5 cêntimos o quilo, para poucas horas depois a verem ser vendida a 5 euros, ali mesmo ao lado, na Praça do Peixe de Quarteira, cujas bancas estão nas mãos de umas poucas famílias de comerciantes – que, assim, vão enriquecendo à sua custa. Por isso, têm vindo a exigir que o Governo fixe o preço mínimo do peixe, na lota, gerida por uma empresa de capitais exclusivamente públicos, a Doca Pesca.

A esta proposta, os governantes têm respondido que não podem intervir nas regras do mercado: «Qual mercado? O desta gente que vive à nossa custa?». Sobre a pesca entregue, o pequeno armador tem de tirar, à cabeça, 22% para o pagamento de taxas fixas, incluindo a Segurança Social (como nos dizia Júlio, «deve ser a única actividade económica do país em

que a Segurança Social é paga sobre a facturação»), mais cerca de 20% para os custos de produção (em que, actualmente, pesa sobretudo o combustível). Depois, divide ao meio os restantes 58%, por si e pela «companha».

Habitados a não serem ouvidos, os pequenos armadores com quem falámos revoltam-se com a oferta, pelo Governo, de uma linha de crédito: já estão tão entalados que mais lhes parece uma armadilha. Também não acreditam que das negociações resultem combustíveis mais baratos e insurgem-se contra a mentira do ministro, segundo a qual o Governo já subsidia o preço do combustível para a pesca: na realidade, isso só acontece com o gasóleo, usado nos grandes barcos – a maior parte dos armadores do Algarve, com companhas entre os três e os catorze homens, trabalha em barcos movidos a gasolina, paga ao preço normal. Quando aceitaram a perda da «caldeirada», o combustível estava a um terço do preço que pagam hoje.

Há semanas que vou ao mar trabalhar só para o combustível

O aumento brutal do preço dos combustíveis desencadeou uma zanga mais antiga e mais funda. Manuel Martins, pescador, desabafou: «Há dias em que levo menos de 15 euros para casa. Tenho mulher e dois filhos. Como é que não hei-de estar revoltado?». Perguntamos-lhe se os pescadores e os armadores têm exactamente os mesmos problemas. Responde, sem hesitação: «Têm.» E apresenta-nos, na primeira pessoa do plural, as mesmas contas do armador, relativamente aos impostos e à distribuição do rendimento obtido com o pescado: «Em 100 euros de pesca que vendemos, damos 22% à lota. Já só ficam 80. Desses 80, pagamos a isca e o combustível. São mais 20 euros. Sobram 60 euros, que são divididos ao meio: 30 para o patrão, 30 para os camaradas.»

Chamamos a atenção para o facto de, nessas contas, os pescadores estarem a suportar os custos de produção. Considera isso normal: «Se o barco não tiver combustível, não tenho trabalho.» Pergunto-lhe se está em greve. Não responde directamente, preferindo assinalar que está solidário com a luta do patrão. Dizemos-lhe que alguns armadores anunciaram, na televisão, a possibilidade de terem de despedir os seus empregados, no caso de a luta se prolongar, de forma a garantir que, pelo menos, recebam o subsídio de desemprego. Espera não ter de chegar a esse ponto, mas afirma compreender que o patrão não possa pagar-lhe indefinidamente, no caso de o braço de ferro com o Governo durar muito mais. Seja como for, como o subsídio só chegaria 2 ou 3 meses depois, seria uma má solução para quem tem de alimentar diariamente a família.

Remata com um desabafo, em total sintonia com o que tínhamos ouvido a um armador: «Tudo vive à custa do pescador.» E acrescenta: «Veja bem: para ser pescador, tenho de ter uma cédula marítima. Então, eu fui tirar a carta profissional. No fim do curso obrigatório, o Estado deu-me 60 euros, mas depois eu tive de dar 70 euros para ir a exame. Por isso, para me autorizar a trabalhar na minha profissão, o Estado roubou-me 10 euros.»

M. Costa / F. Cabral

Acerca de uma entrevista de Bruto da Costa De boas intenções...

A entrevista de Bruto da Costa ao *Público* em Maio é um repositório dos raciocínios labirínticos em que, acerca desse tema, se vai esfalfando tanta gente bem intencionada. Desde há longa data envolvido na análise da pobreza, da sua incidência no tecido social, e na sua denúncia, Bruto da Costa, quando é alvo de perguntas acerca das razões e origens da pobreza, mostra-se incapaz de apontar as causas que lhe estão na raiz e o papel do Estado na (não)distribuição da riqueza. “É preciso subir os salários e diversificar as fontes de rendimento”. Mais adiante: “Os baixos salários são um problema grave, que contribui para a pobreza em Portugal. É preciso aumentar os ordenados e democratizar as empresas.” Democratizar as empresas?! Que quer Bruto da Costa dizer com uma (aparentemente) tão subversiva

palavra de ordem? Ele defende que “deve haver (...) uma democratização no acesso ao capital”. Mas, ou as acções estão nas mãos de um pequeno grupo de grandes accionistas, ou estão dispersas pela população, e então a empresa está nas mãos dos seus administradores, que se perpetuam através da cooptação. Não vemos que seja possível democratizar a apropriação do capital.

A entrevista nada diz sobre a distribuição da riqueza criada, entre o capital e o trabalho. A desigualdade resulta da exploração: de haver uns que vendem o seu tempo de trabalho e outros que mandam nesse tempo de trabalho. E Bruto da Costa ilude a questão do poder de decisão nas empresas, da sua gestão, da organização da produção e da sua distribuição.

O que é a “qualificação da mão-de-

-obra”, neste país onde milhares de diplomados estão no desemprego, e tantos outros se desenrascam em trabalhos precários que nada têm a ver com as suas qualificações? Bruto da Costa também refere a falta de qualificação dos empresários (capitalistas e gestores), mas que conclusões tira daí?

Nenhuma – a não ser um reforço do regime assistencial do Estado, que não resolve a dinâmica essencial e inevitável da economia capitalista dos nossos dias: empobrecer a maioria à custa do enriquecimento de uns poucos.

Não hostilizamos os que se preocupam genuinamente com o sofrimento dos pobres.

Mas, se há quem considere utópico acabar com o capitalismo, a nós parece-nos utópico usar as boas intenções para o remendar.

José Mário Branco

Não pode ser o capital a ditar como se organizam os sindicatos

Concordo em absoluto com o artigo do José Mário Branco [ver acima]. Mas creio que há um aspecto da referida entrevista – que o artigo não aborda – que merece ainda um comentário.

A certa altura, Bruto da Costa despe a máscara de técnico e investigador – já agora, equiparado a ministro – para assumir a parcialidade necessária aos dias que correm. Diz ele que a CGTP não tem credibilidade porque integra na sua direcção dirigentes do PCP. Espanto e novidade? Claro que não.

Obviamente que o PCP domina hegemonicamente a CGTP e estranho, estranho, era isto não acontecer. A esmagadora maioria dos dirigentes sindicais da CGTP está filiada nesse partido político. É um facto incontornável.

Mas que propõe Bruto da Costa para a credibilização da CGTP? A proibição de dirigentes de partidos integrarem a direcção da CGTP. Claro que a UGT é caso diferente: o presidente da UGT é do PSD, o secretário-geral é membro da Comissão Política e do Conselho Nacional do PS e, acima de tudo, a UGT assina de cruz a legislação antilaboral do Governo.

Bruto da Costa dá o seu contributo à ofensiva ideológica contra os sindicatos “irresponsáveis” (leia-se CGTP) para tentar promover os sindicatos “responsáveis e europeus”.

Estarei eu a dizer que a CGTP corresponde às necessidades dos trabalhadores actualmente? Longe disso, a sua linha de integração no sistema, a sua estreiteza de perspectivas na defesa da “economia nacional”, o burocratismo dominante, a falta de um programa de construção de um sindicalismo de classe, combativo e democrático, o seu medo de “perder o controle” que a empurra para a “moderação” e o “realismo”, são graves pechas, graves entraves à luta organizada dos trabalhadores.

Mas, infelizmente, no movimento sindical não se vislumbram propostas e práticas de oposição articuladas que não sejam à direita. E nos sectores revolucionários ainda dominam as fugas para a frente e a recusa a uma intervenção organizada, “de formiguinha”, no seio dos sindicatos, que construa alternativa ao actual estado de coisas.

Mas creio que todo o revolucionário deve rejeitar a pressão ideológica para fazer aceitar que o

Estado, que o capitalismo, determinem como os sindicatos se organizam. São os trabalhadores que têm de mudar as suas direcções, não o capitalismo, o seu Estado e os seus propagandistas.

Os partidos, esses devem intervir nos sindicatos com clareza e transparência: com propostas, indicação de militantes e aceitação do debate democrático sem excepções. Só com essa prática os trabalhadores poderão avaliar a justeza das propostas, ideias, métodos e organização que cada partido de trabalhadores apresenta para a resposta às necessidades e aspirações dos trabalhadores e das suas famílias. Mas qualquer tentativa de desacreditar e destruir os sindicatos enfraquecerá inevitavelmente os trabalhadores, permitindo a ainda maior divisão e desorganização do movimento dos trabalhadores, e contentando assim patronato e burocratas sindicais.

Também nos sindicatos é necessário mudar de vida, trazer para a frente a luta contra o Capital, reintroduzir a luta por uma sociedade sem classes, a Democracia Socialista.

Francisco Raposo

BREVES

Não contrariamos

“Não estamos em democracia em nenhum país. Nem sequer é um ideal porque todos os objectivos estão voltados para o mercado, que é o único valor. Precipitámo-nos para actividades económicas que nos encaminham para becos sem saída.” (*Vitorino Magalhães Godinho, historiador, Jornal de Letras 18/06/08*)

Argumento falso

Nos ataques do patronato e dos governantes ao papel social do Estado, ouvimos sempre falar do “excessivo peso” dos funcionários públicos na economia. O argumento cai por terra se compararmos o caso português com o de países capitalistas mais desenvolvidos. Veja-se, para 10 países da Europa, a percentagem de funcionários públicos em relação ao emprego total:

- Suécia: 31,5%
- França: 28,9%
- Finlândia: 22,9%
- Reino Unido: 20,4%
- Irlanda: 17,9%
- Suíça: 15,4%
- Itália: 14,1%
- PORTUGAL: 13,4%
- Alemanha: 12,9%
- Espanha: 11,9%

A percentagem para Portugal foi feita com base em 700 mil trabalhadores da Administração Pública, polícias e forças armadas incluídas.

Fonte: Estudo comparado do regime de emprego dos países europeus, DGAEP.

Em silêncio

João Proença é secretário-geral da UGT, organização que diz defender os trabalhadores. Mas é também membro da comissão política do PS, cujo governo tem dirigido uma forte ofensiva contra quem trabalha, da qual sobressai a legislação laboral (Código do Trabalho) que agora pretende impor na Assembleia da República. Pois bem, João Proença esteve recentemente na reunião da comissão política do PS onde foi dada orientação para votar favoravelmente a referida legislação. E, pasme-se, esteve calado. Será que não é o mesmo João Proença?

BREVES

Cartelização é só em Espanha

Em Outubro de 2007, a Comissão Europeia condenou cinco empresas, entre as quais a Galp Energia, a BP e a Repsol, a uma multa de 183,7 milhões de euros por concertação de preços no mercado de betume, em Espanha. Durante quase 12 anos, entre 1991 e 2002, os membros do cartel estabeleceram anualmente a partilha do mercado. Além de acordos sobre a variação dos preços e da sua aplicação, comprometiam-se ao pagamento de indemnizações mútuas caso houvesse desvios em relação ao acordado. Mas, por cá, a Autoridade da Concorrência afirma não haver indícios de cartelização no mercado dos combustíveis. Em Portugal, a visível sincronia dos preços entre as referidas empresas, dizem, é mera coincidência.

Greve na Fiação Oliveira Ferreira

Mais de 200 trabalhadores da Fiação Oliveira Ferreira, em Riba d'Ave, estiveram em greve no dia 2 de Junho, reivindicando o pagamento dos salários referentes a Abril e Maio, assim como parte do subsídio de Natal. É a peste dos salários em atraso que continua a atormentar quem trabalha. A empresa, em processo de falência, prometeu pagar no próprio dia da greve, mas os trabalhadores (já várias vezes enganados) dizem só acreditar quando virem o dinheiro na conta.

Mais um dos tais

Aos 50 anos de idade e com 20 anos de descontos como deputado, Luís Marques Mendes, presidente do PSD até há pouco, requereu a pensão de reforma pela sua actividade parlamentar, no valor de 2.905 euros mensais. É de lembrar que um trabalhador tem de trabalhar até aos 65 anos de idade e ter uma carreira contributiva durante 40 anos para obter uma reforma correspondente a 80% da remuneração média da sua vida profissional.

Como o SIRESP foi adjudicado por cinco vezes mais do que vale

O SIRESP (Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal) é um sistema de comunicações que permite uma ligação permanente entre os Serviços de Informação, as várias polícias, a emergência médica e a protecção civil. O presidente do grupo de trabalho que preparou o primeiro relatório sobre este assunto, Almiro de Almeida (que nunca foi ouvido no inquérito aberto pelo Ministério Público à muito questionada adjudicação do sistema), veio agora dizer publicamente que se gastou cinco vezes mais do que o negócio valia.

O processo que levou ao estudo, decisões e adjudicação do sistema começou no governo de António Guterres, passou por dois governos do PSD e terminou no governo de José Sócrates. A família do Bloco Central terá resolvido, assim, um problema de "segurança nacional" e, pelos vistos, também um problema financeiro de alguns dos seus membros. É o que costuma dizer-se – de uma cajadada matar dois coelhos.

Daniel Sanches, magistrado do ministério público, ex-director adjunto da Polícia Judiciária e, mais tarde,



director do Serviço de Informações de Segurança, foi, igualmente, consultor e administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), a sociedade a quem ele, enquanto ministro da Administração Interna de Santana Lopes, viria a adjudicar o chorudo contrato. Claro que neste negócio também estiveram envolvidas diversas outras personagens, como Manuel Dias Loureiro e José Oliveira e Costa, ex-membros do governo de Cavaco Silva e, na altura da adjudicação, administradores da SLN.

A reacção das empresas que se sentiram afastadas do concurso levou António Costa, o ministro da Administração Interna que sucedeu a Sanches, a pedir um inquérito.

Mas nem isso impediu a marcha do processo e, apesar das várias suspeitas e arrufos entre PS e PSD, Costa acabou por confirmar a adjudicação feita à SLN.

Como amigo não empata amigo, esta gente acaba por se entender, quando "altos valores" estão em causa. Perceber-se-á, por casos como o que relatamos – em que terá sido o pessoal do PSD a ser beneficiado – por que razão pôde o governo de Sócrates, por exemplo, prorrogar sem concurso, por 27 anos, a exploração do terminal de contentores de Alcântara, em Lisboa, à empresa Mota-Engil, que tem Jorge Coelho como administrador. Pataca a ti, pataca a mim.

Carlos Completo

O que é uma esquerda que não seja anticapitalista?

Lembro-me de que há uns vinte ou trinta anos encontrei numa revista norte-americana dedicada a chefes de empresa uma publicidade constituída por uma série de fotografias da mesma pessoa, que iam progressivamente ficando menos nítidas. Debaixo de cada imagem estava uma temperatura, de modo que o rosto mais nítido correspondia, creio eu, a 21 graus e a última imagem, uma espécie de rectângulo de nevoeiro, correspondia a 42 graus. A toda a largura da página estava a frase: "Acima de 35 graus os seus trabalhadores evaporam-se". Tratava-se de um anúncio de ar condicionado para instalações industriais, destinado a recordar aos patrões que a produtividade aumenta se a temperatura se mantiver agradável, mas as implicações sociais e políticas daquela publicidade são mais vastas.

Os capitalistas podem obter lucros deixando em condições infra-humanas uma mão-de-obra paupérrima, e ninguém ignora que há grandes fortunas nos países mais pobres, mas não é isto que distingue a economia moderna. Em todos os regimes anteriores a miséria das multidões coexistiu com a opulência de uns poucos. O que singulariza o capitalismo é a capacidade de lucrar – e muitíssimo – com a melhoria das condições materiais de vida dos trabalhadores. O capitalismo é um sistema de exploração assente na produtividade

do trabalho, e todas as aparentes regalias que aumentarem essa produtividade destinam-se directamente a aumentar os lucros.

O governo de Sócrates tem servido para reorganizar as condições de exploração em Portugal de acordo com o que se passa no resto do mundo, precarizando o trabalho, introduzindo critérios estritos de mercado no ensino, na saúde e nos transportes públicos, colocando o consumo na dependência directa do crédito. Mas até onde poderá ir neste caminho? Não correrá o risco de, como naquela publicidade, o trabalhador se evaporar? Ou definir? Ou, já agora, se revoltar e decidir mudar de vida?

Francisco Louçã está a assumir a função de termómetro quando pede a Sócrates que tenha "sensibilidade social", e o mesmo fazem, em coro, as personalidades que convocaram o comício de 3 de Junho. Em termos claros, trata-se de avisar o primeiro-ministro de que o seu governo se arrisca a ir longe demais, e não de contribuir para organizar e impulsionar os descontentamentos e as indignações que proliferam desgarrados.

Afinal, o que é uma esquerda que não seja anticapitalista? É o termómetro da produtividade.

João Bernardo

A crise alimentar

Falta de alimentos

ou falta de dinheiro

para os comprar?

Em termos globais, não há hoje no mundo escassez de alimentos. A primeira grande revolução económica do capitalismo operou-se na agricultura e não na indústria. Há seis séculos atrás, na zona mais densamente urbanizada da Europa só cerca de 5% da população vivia nas cidades e os restantes 95% viviam nos campos. Isto significa que eram necessários 95% da população para prover à subsistência da totalidade da população. O capitalismo inverteu esta proporção. Hoje, nos países mais desenvolvidos bastam menos de 5% da população para produzir alimentos que não só chegam para satisfazer todos os habitantes destes países mas que ainda são exportados em enormes quantidades. Nos primeiros tempos do capitalismo, foi este colossal crescimento da produtividade agrícola que libertou força de trabalho para a indústria e para os serviços. Depois estes ramos de actividade começaram a acelerar-se uns aos outros e os progressos das indústrias mecânica e química permitiram melhorar ainda a produtividade agrícola. Assim, os países mais desenvolvidos não asseguraram a supremacia no mercado mundial unicamente graças à indústria mas também graças à agricultura, o que aliás comprometeu as possibilidades de concorrência por parte dos países menos desenvolvidos. Esta era já a situação no começo do século XX, e desde então os contrastes entre regiões ricas e pobres têm-se agravado. Um dos factores responsáveis pelo défice alimentar nos países subdesenvolvidos é a ausência ou a insuficiência de investimentos estatais nas infraestruturas e nas inovações tecnológicas capazes de aumentar a produtividade agrícola. As despesas públicas com a agricultura em percentagem do total de despesas públicas no conjunto dos países subdesenvolvidos caiu para metade entre 1980 e 2004. Em algumas regiões, na África oriental por exemplo, os agricultores reduziram nos últimos anos a área plantada porque não conseguem suportar o aumento dos preços dos adubos químicos. Apesar de tudo isto, mesmo em cada país individualmente considerado - exceptuando

alguns casos raros, devidos a guerras ou a catástrofes ecológicas - não faltam alimentos. Até as tão noticiadas fomes de há alguns anos atrás, na Etiópia por exemplo, não se deveram à ausência de alimentos, mas a dificuldades de infra-estrutura para os transportar até às regiões onde eles eram necessários e à falta de dinheiro dos famintos, que não os conseguiam adquirir.

Armazéns cheios e bolsos vazios

O carácter inteiramente fabricado da pretensa crise alimentar dos últimos meses tem sido amplamente denunciado por numerosos autores, com argumentos de vária ordem, chamando a atenção para a expansão dos agrocombustíveis e para a especulação financeira. Mas a estrutura dos preços agrícolas no mercado mundial tem raízes mais profundas do que a mera especulação. Nos Estados Unidos os agricultores recebem subsídios governamentais para não cultivar e na União Europeia, além de existirem subsídios do mesmo tipo, armazenam-se enormes quantidades de produtos agrícolas que não são postos à venda, tudo isto com o objectivo de manter elevado o nível de preços no mercado. O facto principal continua a ser o de que hoje dispomos de condições de produtividade para pôr todo o mundo de barriga cheia. Basta considerar que, apesar de a colheita cerealífera em 2007 ter superado as precedentes, o preço do trigo nesse ano aumentou 77%.

Nos países mais evoluídos o aumento dos preços alimentares dificilmente surtirá efeitos generalizados, porque nos últimos 30 anos a percentagem das despesas com a alimentação nos orçamentos familiares dos Estados Unidos e da Europa Ocidental caiu de uma média de 30% para menos de 10%, o que significa que a grande maioria da população tem condições para suportar os aumentos. O mesmo não se passa nas regiões economicamente atrasadas, onde, embora não falem alimentos, os numerosíssimos pobres não têm dinheiro para comprá-los. Isto pode até fazer com que os alimentos pura e simplesmente não cheguem a regiões onde a população é maioritariamente pobre.

Por seu lado, as medidas defensivas ao alcance

das economias desfavorecidas têm agravado a situação, provocando reacções em cadeia. O preço do arroz, que aumentou 16% em 2007, subiu vertiginosamente 141% de Janeiro a Abril de 2008. Em Março deste ano alguns países exportadores de arroz, como o Vietname e a Índia, decidiram limitar as exportações, para travar o aumento dos preços agrícolas internos, mas isto estimulou a subida dos preços nos países importadores. Além disso, tanto na Indonésia como nas Filipinas, países que não são auto-suficientes em arroz, existem desde há muito medidas restritivas da importação deste bem, destinadas a aumentar os preços internos e, portanto, a estimular a cultura local de arroz. Estas disposições entram agora em confronto aberto com as necessidades mais urgentes dos consumidores, a tal ponto que nas Filipinas se decidiu que o açambarcamento de arroz fosse punido por prisão perpétua.

Nesta conjuntura, a fome não se deve a desastres naturais mas à grande desigualdade na distribuição dos rendimentos. Quaisquer que fossem as intenções de Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial, quando declarou em Abril de 2008 que 33 países corriam riscos de convulsão social devido à subida dos preços alimentares, ele estava a alertar não para o perigo da fome mas para o perigo dos desequilíbrios sociais.

A subalimentação

A desigualdade na distribuição dos rendimentos é responsável, a prazo, por algo ainda mais prejudicial do que fome - a subalimentação. As fomes são fenómenos de curta duração, mas a subnutrição é um fenómeno permanente. A Índia, por exemplo, desde a independência que não sofre uma fome, porque isto seria muito prejudicial politicamente, e os governos procedem a distribuições de alimentos em caso de fome; mas uma percentagem significativa da população indiana padece de subalimentação crónica. Enquanto a fome pode ser resolvida através dos organismos internacionais especializados, que distribuem concentradamente alimentos, a subnutrição não pode ser resolvida pela ajuda económica.



100 milhões à morte

Em poucos meses a subida dos preços dos bens alimentares colocou milhões de pessoas em todo o mundo na condição de famintos. Segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) 100 milhões de pessoas podem morrer sobretudo na América Latina, em África e na Ásia.

Os preços de bens alimentares vêm a subir desde 2000 mas desde 2006 foi a escalada, coincidindo com o início da crise do crédito imobiliário nos EUA. O arroz mais que triplicou; o trigo, o milho e a soja mais que duplicaram.

As consequências são incomparavelmente mais graves para os pobres. Enquanto as populações mais ricas gastam de 10 a 30% dos seus rendimentos na alimentação, os pobres gastam de 60 a 90%. A carestia é catastrófica para os quase 3 mil milhões de pessoas (perto de metade da população mundial) que subsiste com menos de 1,50 € por dia.

A fome surgiu agora?

Esta súbita eclosão da fome surpreende pela rapidez com que se desencadeou, mas não constitui novidade absoluta. Com efeito, ela é o pico de uma crise permanente que durante décadas a fio tem feito regularmente milhões de vítimas por ano. Em consequência directa de subnutrição morrem por dia 18 mil crianças em todo o mundo. Esta crise é estrutural e a sua razão de fundo está na desigualdade gerada pelo desenvolvimento capitalista.

O crescimento da economia agrícola e alimentar nos principais centros capitalistas, EUA e Europa sobretudo, é feito à custa da liquidação das agriculturas do mundo menos desenvolvido, tal como nos outros sectores produtivos. Não só em consequência das enormes vantagens tecnológicas que o mundo desenvolvido detém, mas também devido a medidas de política sistematicamente aplicadas: financiamentos aos agricultores europeus e norte-americanos que lhes permitem fazer preços mais baixos; controlo dos preços dos produtos agrícolas oriundos do mundo não desenvolvido, através do domínio dos mercados mundiais; e pressões políticas e comerciais de toda a ordem que visam destruir as economias locais e nacionais a fim de abrir caminho aos produtos das potências capitalistas. Exemplo deste último caso foi a pressão tentada na Cimeira UE-África, realizada em Dezembro de 2007 em Lisboa, para que os países africanos aceitassem os termos dos chamados Acordos de Parceria Económica, que acabariam rejeitados pelo finca-pé encabeçado pela África do Sul, o Senegal e a Nigéria.

Qual a causa próxima da actual crise?

Um conjunto de factores concorre para a crise actual. Em parte o crescimento da procura de bens alimentares a nível mundial, em parte as más colheitas de alguns países grandes produtores de cereais, em parte o desvio de quantidades elevadas de produtos agrícolas para a produção de biocombustíveis tirando partido da carestia do petróleo. Mas o factor próximo que desencadeou a crise foi o investimento maciço de capitais especulativos nas bolsas de produtos alimentares e de matérias-primas. Nos últimos dois anos, as aplicações em fundos de matérias-primas multiplicaram por três; e desde Janeiro de 2008 os investimentos em acções de actividades agrícolas aumentaram 25%. Grande parte desses capitais deslocou-se das aplicações no crédito imobiliário de alto risco nos EUA, de cujo colapso fogem. Também o declínio do dólar empurra os capitais para os chamados valores tangíveis.

De acordo com Jean Ziegler, relator das Nações Unidas para o direito à alimentação, o investimento especulativo é responsável por 30% dos aumentos de preços verificados recentemente. O FMI fala em 15%. Estes factos tornaram fácil acusar os “abusos” ou a “chantagem” dos especuladores. Mas se os especuladores fossem um grupinho de parasitas à margem da economia, o próprio sistema encarregava-se de os pôr na ordem. A realidade é outra. A especulação é uma necessidade vital do capital excedente que disputa ganhos nos mercados accionistas, sejam eles quais forem. A especulação só tem margem de actuação porque aproveita a condição de base do capitalismo, que é a de apenas dar de comer a quem pode pagar – transformando a abundância potencial de bens alimentares em efectiva escassez.

A solução é “liberalizar”?

“É preciso abrir fronteiras e abater as barreiras alfandegárias” – preconizam os agricultores, os capitalistas e os governantes europeus e norte-americanos. Puro cinismo. O que pretendem com esta aparente liberalização é que os países menos desenvolvidos deixem de taxar os produtos com origem nas agriculturas mais desenvolvidas, mas não que os Estados europeus e norte-americano deixem de subsidiar as suas agriculturas. O mundo capitalista mais poderoso sempre se desenvolveu com medida proteccionistas; a pressão para que os países mais atrasados não as apliquem destina-se apenas a reforçar a supremacia dos monopólios europeus e norte-americanos. Vozes reclamam agora mais produção agrícola no terceiro mundo, mais áreas de cultivo. Mas os países do terceiro mundo não têm meios para se auto-alimentarem porque as suas economias agrícolas foram sendo destruídas pela competição com os países capitalistas desenvolvidos. Além disso, nos centros capitalistas desenvolvidos existem excedentes alimentares que são regularmente destruídos e armazenados para que os preços não baixem. Chegou-se assim ao paradoxo de a penúria ser fruto da abundância.

A crise alimentar

Será esta crise de curta duração?

Muitos economistas têm considerado que os baixos preços agrícolas não incentivam os agricultores a cultivar. Nesta perspectiva, se os altos preços agrícolas estimulam os investimentos na agricultura, pode presumir-se que a actual subida de preços levará a um acréscimo da produção alimentar no futuro. Com efeito, as previsões indicam que na Índia a próxima colheita de cereais atingirá níveis sem precedentes e também na China se espera uma colheita superior à dos anos anteriores. Aliás, o primeiro-ministro chinês revelou em Março que o seu país dispunha de reservas cerealíferas equivalentes a entre 30% e 40% da produção anual, quando a margem de segurança recomendada pela FAO (organismo da ONU para a agricultura e a alimentação) é apenas de 17% a 18%.

Todavia, é necessário levar em consideração que só as explorações agrícolas de certo vulto conseguem beneficiar do aumento dos preços

no mercado, o que exclui a pequena produção doméstica baseada na auto-suficiência. Esta situação foi agravada nos últimos tempos, porque o papel crescente desempenhado pelos supermercados e pelos hipermercados enquanto vendedores de alimentos facilitou aos agricultores dos países mais desenvolvidos a comercialização dos seus produtos, enquanto tomou essa comercialização mais difícil à multidão de pequenos camponeses dos países subdesenvolvidos.

Além disso, nos países subdesenvolvidos a diminuição a longo prazo das despesas estatais orientadas para as infra-estruturas rurais e para as inovações tecnológicas relacionadas com a agricultura, e ainda a dificuldade de acesso ao crédito, fazem com que os pequenos camponeses estejam estruturalmente impedidos de aproveitar a conjuntura favorável do mercado.



Abandonou-se um sistema de intervenção estatal que protegia o capitalismo das oscilações mais nefastas e de conflitos sociais considerados perigosos, precarizou-se o trabalho em todo o mundo, cancelaram-se muitos subsídios aos consumidores enquanto se continuaram a subsidiar os produtores agrícolas nos países mais desenvolvidos e a proteger os preços dos seus produtos, opuseram-se novas barreiras ao arranque económico das regiões retardatárias e descuraram-se as infra-estruturas rurais nessas regiões. E agora tem-se o resultado ou, mais exactamente, o começo do resultado.

João Bernardo

<< Concentração prossegue

A dependência dos países periféricos face ao grande capital mundial vai reforçar-se com a actual crise e não atenuar-se. Os grandes produtores mundiais preparam o aumento da sua capacidade produtiva adquirindo vastas áreas agrícolas sobretudo na América Latina e na Ásia.

Eis alguns dados recentes: a companhia texana *Global Ag Investments* detém 13.600 ha no Brasil. Uma companhia neo-zelandesa comprou 40 mil ha no Uruguai. Uma companhia norte-americana com parceiros brasileiros e japoneses adquiriu 100 mil ha no Brasil. Uma empresa brasileira juntou-se a uma empresa argentina que explora 160 mil ha na Argentina e no Uruguai. Nos últimos meses de 2007, mais de 800 mil ha foram desflorestados na Amazónia.

A China, que perde por ano cerca de um milhão de hectares de terrenos agrícolas em consequência da urbanização, explora na Filipinas um milhão de hectares de milho, açúcar e arroz.

Falência do “modelo neoliberal”?

Olhada do ponto de vista da maioria da humanidade, a crise alimentar mostra o fracasso do sistema de produção de alimentos para efeitos de lucro. O capitalismo mata à fome milhões de pessoas não porque não tenha meios de produção suficientes, mas porque a sua necessidade de lucro se levanta como obstáculo ao bem-estar da humanidade. Isto confirma a falência do próprio capitalismo como sistema social.

Aos críticos que vêem no “modelo neoliberal” a origem e o fim da actual crise escapa este nexos característico do capitalismo entre abundância e penúria, seja qual for o “modelo”. O capitalismo sempre conjugou colossais aumentos de produtividade com a mais abjecta miséria. O neoliberalismo dos últimos 25 anos apenas levou ao extremo a contradição.

Por isso, as propostas de solução que se limitam a criticar o neoliberalismo sem pôr em causa o capitalismo mostram-se irrealizáveis. O “regresso à agricultura” é impensável; as populações de todo o mundo arrastadas para a indústria, os serviços e os meios urbanos não vão voltar à enxada. Diante do crescimento contínuo da grande produção capitalista, não é a produção de subsistência que resolve o

problema. A solução não está num regresso impossível ao nacionalismo ou à auto-suficiência alimentar.

A superação da crise só pode dar-se avançando e não recuando. Foi a grande produção capitalista que conduziu a humanidade ao limiar da abundância. Franquear esse limiar e tirar pleno proveito desse avanço histórico significa socializar os meios de produção, pô-los nas mãos dos trabalhadores.

Dar curso à revolta

Com o fim da comida barata é abalado um dos fundamentos que permitiu ao capitalismo dos países desenvolvidos manter baixos salários durante as últimas décadas e assegurar paz social.

A carestia dos bens alimentares, e em geral o disparar da inflação, traduz-se numa quebra do nível de vida das populações.

Acumulam-se factores de revolta. Nos países pobres, os mais atingidos, houve motins e ocorreram mortes em manifestações de rua.

As atenções da população trabalhadora não podem deixar de se virar para as consequências directas de uma carestia que ameaça galopar.

As suas condições de sobrevivência são postas em causa. Marchas contra a pobreza, organização das populações em comissões de luta contra a carestia (como na saúde, transportes e escolas) – eis algumas das formas de acção que, a exemplo de situações semelhantes, o descontentamento pode assumir.

Diante da perspectiva de um forte agravamento das condições básicas de vida, está colocado aos trabalhadores o desafio de saírem em defesa das condições de vida de todos eles, precários, desempregados e imigrantes, sindicalizados ou não, homens ou mulheres, jovens ou reformados. Todos são tocados pelo mesmo mal, a sua luta é comum.

Manuel Raposo

Fontes

The world food crises, Fred Magdoff, Monthly Review, Junho 2008

Financial speculators..., S. Steinberg, World Socialist Web Site, 24.4.08

Associated Press, 18.2.2007

Développement la souveraineté alimentaire, R. Koradi, Horizons et Débats, 16.6.08

BREVES

Mudam os cargos...

Cavaco está muito preocupado com o problema das desigualdades sociais. Ora, quando foi primeiro-ministro, as desigualdades aumentaram e muito. No estudo *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos Anos Noventa*, do economista Carlos Farinha Rodrigues, professor do ISEG, publicado recentemente, lê-se na página 307: “ao longo da primeira metade da década de noventa assistiu-se a um modelo de crescimento que beneficiou os indivíduos e as famílias de maiores rendimentos, penalizou os indivíduos dos escalões inferiores da distribuição, acentuou fortemente as desigualdades sociais e manteve os níveis de pobreza extremamente elevados”.

Ministro em fuga

Em plena greve dos pescadores, o ministro da Agricultura deslocou-se ao concelho de Loulé para, a convite da Federação de Caçadores do Algarve, participar na limpeza de florestas e visitar reservas de caça. Os pescadores de Quarteira dirigiram-se à serra para tentarem apresentar ao ministro as suas reivindicações. Mas não conseguiram: numa manobra evasiva, Jaime Silva mandou os carros da comitiva passar pelo meio dos pescadores, enquanto ele era transportado por um jipe a corta-mato. Deve-lhe ter ficado dos gabinetes em que trabalhou na União Europeia: enquanto os pescadores desesperavam, o ministro preferiu andar aos papéis, de mão dada com os caçadores.

Quem deve, teme

O Corpo de Intervenção da polícia tem 70 elementos destacados em permanência para vigiar as embaixadas dos EUA e do Reino Unido em Lisboa, um sexto dos efectivos da capital. A decisão de atribuir a missão ao CI e não à Divisão de Segurança, como seria normal, foi tomada em 2001 e teve obviamente natureza política.

Praça Skoda-in-Lisbon

Repete-se a cena do Rock in Rio. Vereadores do PS e do BE da Câmara de Lisboa cedem espaço público a privados

A Câmara Municipal de Lisboa e os vereadores Marco Perestrello (vice-presidente, PS) e José Sá Fernandes (BE) acharam por bem alugar em Junho a Praça das Flores, em Lisboa, à marca de automóveis Skoda.

Transeuntes, moradores, turistas não tinham acesso à praça enquanto decorria a festa da Skoda. Um sentimento de revolta pela privatização do espaço público levou moradores e comerciantes a organizar formas de protesto. Este novo exemplo de colaboração entre PS e BE inscreve-se na visão de que os espaços públicos podem e devem ser cedidos aos negócios privados.

Já o mesmo acontecera – também com a activa anuência do vereador Sá Fernandes – aquando da cedência do Parque da Belavista ao grande negócio do *Rock in Rio*, com o pretexto de que a empresa se comprometia a efectuar obras de interesse público no parque. Será esta a política que o BE se propõe realizar em todo o país, um dia em que tenha possibilidade de o fazer?

Dividem-se as opiniões dos apoiantes do Bloco e de Sá Fernandes. Uns concordam que o Estado e as autarquias deixam degradar os espaços públicos e entregam-nos a interesses privados, através de “permutas” ou “parcerias” estabele-

cidas a troco de verbas ridículas quando comparadas com o lucro proporcionado aos privados.

Esta política de liberalização, que liquida as funções sociais do Estado e promove os negócios privados, é, afinal, um prolongamento do que acontece na educação, na saúde, nos transportes e estradas, etc. Mas outros apoiantes do Bloco – como o colunista Daniel Oliveira no seu blogue *O Arrastão* – embarcam numa visão edulcorada de um neoliberalismo utilitarista, implementado, por exemplo, no Reino Unido por Thatcher e depois por Tony Blair: “assim vai-se buscar dinheiro aos privados para fazer coisas úteis à população”. A falácia deste raciocínio é que o movimento de interesses se dá exactamente ao contrário: *são as empresas privadas que vão buscar negócio e lucro ao espaço público, e não o inverso*.

O Estado privatizador limita-se a usar noutras coisas o dinheiro público que devia usar no nosso bem-estar.

Esta lógica actual do capitalismo é perversa. E é imparável se não nos opusermos a ela, taco a taco. Ela está já subjacente na argumentação de políticos e gestores em muitos domínios, quando falam em “parcerias” com os privados, em “mece-nato”, em “rentabilização de sinergias”.

O Estado tem sempre dinheiro para



aquilo que é vital para a classe dominante: a repressão e a vigilância policial dos movimentos sociais, os espaventos do “prestígio das instituições”, as grandes obras adjudicadas às construtoras para onde transitam os Jorges Coelho e os Ferreiras do Amaral, as grandes campanhas ideológicas, os subsídios e as benesses fiscais aos grupos económicos, etc.

Para o bem público e para a redistribuição da riqueza criada pelos trabalhadores é que nunca há dinheiro. Eles não estão lá para isso.

José Mário Branco

Bloco tenta capitalizar à esquerda do PS

A ocupação do espaço político da direita pelo PS tem vindo a desenvolver dois fenómenos: a paralisação do PSD e do CDS-PP, que ficaram sem nada para fazer, e a desmoralização do eleitorado do PS mais à esquerda que pode vir a ser capitalizado pelo PCP e pelo BE.

Francisco Louçã exigiu do primeiro-ministro “sensibilidade social” e “sensatez”. Discurso que se enquadra na cartilha “humanista”, “sensata” e defensora de um Estado intervencionista que une Mário Soares, Manuel Alegre, Ana Benavente, Helena Roseta e Carlos Brito. O projecto de unificação – em que o BE espera tornar-se o parceiro “de

esquerda” do PS – está em marcha. O apelo unitário de “um esforço político consistente para construir uma alternativa à neoliberalização gradual do país conduzida pelo bloco central” concretizou-se no comício “Abril e Maio, agora e aqui” em Junho passado, no Teatro da Trindade (Lisboa).

Do PS e do Governo vieram ataques a Manuel Alegre, que se explicou dizendo que “é preciso somar a esquerda à esquerda” e teve duras palavras sobre as consequências sociais das políticas de Sócrates, críticas vagas envoltas em chavões humanistas, como é seu timbre. Tem-se falado muito da “recompo-

sição da direita”. Mas o empenho do Bloco na recomposição da esquerda promete. O BE põe em prática a sua linha de “responsabilidade” (gerir o capitalismo prestando atenção ao perigo dos exageros), de “exigência” (gerir o capitalismo com mais rigor quanto aos lucros desmedidos e ao que chama as regras do sistema) e de “esperança” (reabilitar ilusões e enganos que são o serviço de protecção civil do capitalismo). Por trás de um discurso de esquerda, o que esses gestores da esquerda reformista querem mesmo é gerir o capitalismo em novos moldes.

José Mário Branco

Abençoada Irlanda!

O “percalço referendário” ou: se os povos tivessem voz...

Logo após o referendo na Irlanda, António Esteves Martins, em reportagem na RTP, exprimiu, como é seu papel, o ponto de vista das classes dominantes europeias. Sabemos que o “não” irlandês ao tratado europeu é o resultado dos votos conjugados da direita nacionalista e da esquerda independente contra uma versão maquilhada da “constituição” europeia chumbada há 3 anos na França e na Holanda. Mas Esteves Martins diz tratar-se de um mero “percalço referendário” que urge ultrapassar “com inteligência, habilidade e determinação”. Depois do chumbo de 2005, a solução encontrada pelos governos e tecnocratas da União Europeia foi clara: acabar com veleidades “democráticas” que pusessem em risco a unificação política das classes dominantes europeias. Por isso inventaram este “Tratado de Lisboa”, ponto alto da presidência europeia de Sócrates, igual em mais de 90% ao documento antes derrotado. E (quase) todos decidiram remeter a ratificação para os parlamentos como forma de evitar surpresas nas urnas. “Quase” porque, na Irlanda, a constituição obriga à ratificação dos tratados por via de referendo.

Os tecnocratas evitam que o cidadão comum possa perceber o que está realmente a ser decidido. Colocam as opções do capitalismo

europeu de forma a que lhe seja impossível optar pelo que quer que seja. Recentemente, perante a perspectiva do “não” irlandês, o comissário europeu do Mercado Interno e dos Serviços, o irlandês Charlie McCreevy, chegou a afirmar que “há menos de 250 entre os 4,2 milhões de irlandeses que terão lido o tratado do princípio ao fim e menos de 25 dos 250 compreendem cada secção e subsecção do texto”. A recusa do tratado pela Irlanda deriva de uma amálgama de razões, nem sempre as melhores. Mas significa que os povos – quando têm ocasião de se exprimir – não só se alheiam (abstendo-se) dos “sins” massivamente propagandeados como se unem num

reflexo de autodefesa, em favor do “não”. No caso irlandês, todos os partidos dominantes e os próprios sindicatos defendiam o “sim”, e grande parte do “não” veio dos pescadores, dos desempregados e precários e de uma terceira idade insegura.

Os aspectos transnacionais de certas lutas recentes – caso da pesca e dos transportes em França, Espanha e Portugal – mostram, apesar da mistura de interesses de classe que expressaram, que os trabalhadores só conseguirão alguma coisa, nesta Europa dos patrões, unindo-se por sobre as fronteiras e lutando juntos por uma Europa dos trabalhadores.

José Mário Branco



Arcebispo Tutu denuncia silêncio e cumplicidade sobre Gaza

O arcebispo Desmond Tutu, que foi uma das vozes significativas na luta contra o *apartheid* na África do Sul, sabia do que falava quando, em 29 de Maio, denunciou «o silêncio e a cumplicidade» da comunidade internacional relativamente ao bloqueio «abominável» imposto por Israel em Gaza.

O arcebispo deslocara-se a Gaza integrado numa missão das Nações Unidas com o objectivo de investigar o massacre de 21 civis palestinianos por tanques israelitas

ocorrido há 18 meses. «Apesar de tudo o que já tínhamos ouvido acerca das condições em Gaza “as privações, o sentimento de desespero, a falta de actividade económica “ não estávamos preparados para enfrentar esta realidade crua», declarou Tutu. «Toda esta situação é abominável. Estou convencido de que os cidadãos israelitas comuns não apoiariam este bloqueio se soubessem o que ele realmente significa para pessoas comuns como eles».

O arcebispo Tutu declarou ainda que insistira junto a Ismail Haniyeh, o primeiro-ministro de Gaza, para que pusesse fim aos tiros de *rocket* contra Israel, que classificou como uma «violação grosseira dos direitos humanos».

No entanto, quando Tutu pretendeu falar com as vítimas israelitas dos *rockets*, as autoridades do Estado de Israel recusaram-lhe, bem como aos outros membros da missão das Nações Unidas, vistos de entrada. **The Independent / MV**

BREVES

Flexi-exploração

Os ministros europeus do Trabalho aprovaram em 10 de Maio o aumento da semana de trabalho de 48 para até 65 horas, “se assim o entenderem o funcionário e a empresa”. Cinicamente, acham os ministros que o trabalhador e o seu patrão estão em posição de igualdade nessa “negociação”. Na prática, o vale-tudo nos horários de trabalho já está instalado, trata-se agora de o legalizar. É um gigantesco passo atrás, se lembrarmos que o 1.º de Maio foi instituído, precisamente, para lembrar a luta dos trabalhadores pelas oito horas de trabalho diário. Em Portugal vigora o regime das 40 horas, mas a lei permite alargá-lo até a 65 horas. O novo regime terá agora de ser votado pelo Parlamento Europeu.

Suicídios

O exército dos Estados Unidos registou o suicídio de 67 soldados em 2004, 85 em 2005, 102 em 2006 e 108 em 2007, de acordo com dados do Pentágono citados na comunicação social. Em meados de Março deste ano, o exército distribuiu em todas as suas bases e unidades um folheto de prevenção contra o suicídio, no qual indicava que, desde o começo da guerra global contra o terrorismo, o exército perdeu 580 soldados por suicídio, o equivalente a um batalhão de Infantaria.

Qual estabilidade?

Os jornais anunciam que o desemprego na União Europeia se mantém “estável” nos 6,7%. Em Portugal, verifica-se a taxa de 7,4% pelo terceiro mês consecutivo. E os títulos repetem: “desemprego estável”. Mas qual é a estabilidade da vida de um desempregado? Para quem vive do trabalho, é um cinismo associar a palavra estabilidade à palavra desemprego. Isso é feito para que achemos normal um fenómeno que só é normal (e benéfico) para os detentores e gestores do capital. O desemprego é a chantagem do capital sobre a mão-de-obra.

BREVES

Resposta

Vários governos da América Latina estão a insurgir-se contra a Directiva de Retorno. Hugo Chávez ameaçou expulsar da Venezuela as empresas dos países que a aplicarem. Qualificou como «ofensiva» a iniciativa e advertiu que o petróleo venezuelano «não irá» para países que apliquem a directiva da EU.

A democracia deles

Com a vitória do Não na Irlanda, os defensores do Tratado de Lisboa, políticos e jornalistas de serviço, mostraram mais uma vez o seu conceito de democracia e aquilo de que são capazes para atingir os seus objectivos de classe. O *Público* de 15 de Junho assume-se inteiramente como porta-voz desta gente ao afirmar que “a Irlanda vai ter de decidir rapidamente se quer sair da União Europeia (...) ou se prefere voltar a submeter o texto aos eleitores mediante certos ajustamentos”. Esta é a posição expressa por dirigentes burgueses europeus como Sarkosy, Angela Merkel, Durão Barroso ou Cavaco Silva. Não passa pela cabeça da direcção do *Público* entender a legitimidade dos irlandeses dizerem Não.

Inflação recorde

Segundo o Eurostat, em Março e em Maio a inflação na Europa igualou o valor máximo (3,6%) desde que esse instituto foi criado, em 1999. A inflação é uma subida dos preços que afecta o custo de vida, diminuindo o poder de compra dos salários. Recentemente o Governo negociou os aumentos dos funcionários públicos na base de uma inflação de 2,3% para este ano e de 2,1% para 2009, tendo o ministro das Finanças afirmado que “a previsão da inflação para 2008 está perfeitamente em linha com a evolução verificada mesmo a nível europeu”. No entanto, recusa-se a rever os aumentos acordados em função dos novos valores da inflação. Qualquer comerciante que aldrabasse um cliente desta forma poderia ser preso e julgado por burla.

A directiva da vergonha

Parlamento Europeu aprovou regras para expulsão de imigrantes indocumentados

Depois de ter sido aprovada por unanimidade pelos ministros dos Assuntos Internos europeus, foi agora aprovada pelo Parlamento Europeu a chamada Directiva do Retorno, que pretende harmonizar, a nível comunitário, as regras para o repatriamento de imigrantes ilegais. Com 369 votos a favor, entre os quais 34 “socialistas”, um deles português (Sérgio Sousa Pinto). Das 109 abstenções, 49 também foram de “socialistas”. Basta um olhar por alguns artigos para ficarem claros a hipocrisia e o cinismo desta directiva e a razão por que é chamada a “directiva da vergonha”:

A directiva discrimina oito milhões de cidadãos indocumentados criando as condições para a sua expulsão. Mas depois recomenda aos Estados-membros que executem as disposições “sem qualquer discriminação em razão do sexo, raça, cor, etnia ou origem social, características genéticas, língua, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, pertença a uma minoria nacional, riqueza, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual”.

Se um imigrante estiver em processo de renovação dos documentos o Estado-membro “ponderará a hipótese de se abster de emitir uma decisão de regresso até que o processo esteja concluído”.

A directiva visa estimular o repatriamento voluntário, e prevê, claro, “medidas coercivas” se houver resistência. Generosamente, porém, recomenda que “tais medidas deverão ser propor-



cionadas e a utilização da força não deverá ultrapassar os limites do razoável.”

Depois de repatriado, o imigrante indocumentado fica interdito de entrar de novo por um período “em princípio” não superior a cinco anos – determinação esta que constitui obstáculo, por exemplo, à reunificação familiar e aos pedidos de asilo. Acresce ainda que aquela interdição poderá ser superior a cinco anos se a pessoa “constituir uma ameaça grave à ordem pública, à segurança pública ou à segurança nacional”

A detenção, para pessoas que não cometeram qualquer crime, “será ordenada pelas autoridades administrativas ou judiciais”, tendo assim sido recusadas as emendas que punham termo à detenção administrativa. É ainda estabelecido que cada Estado-membro “fixará um período limitado de detenção, que não poderá exceder os seis meses”. Mas a seguir, sempre que se preveja que a operação de

afastamento “dure mais tempo”, admite-se a detenção por “outros doze meses”.

A detenção deverá ter lugar em “centros especializados” (que sabemos o que são!). Mas, se um Estado Membro “não tiver condições” para assegurar a detenção num centro especializado pode “recorrer a um estabelecimento prisional”. Aí, recomenda-se o melhor dos mundos: os detidos “ficarão separados dos presos comuns” e os menores detidos “deverão ter a possibilidade de participar em actividades de lazer, nomeadamente em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade”...

“Devíamos ter vergonha destas medidas securitárias, xenófobas e racistas”, afirma Timóteo Macedo, responsável da Associação Solidariedade Imigrante - SOLIM. Devíamos ter vergonha desta Europa, dizemos nós.

M. Gouveia

Novas prisões secretas dos EUA no mar alto

Os EUA preparam-se afanosamente para esvaziar a prisão de Guantánamo com vistas ao seu próximo encerramento. Nesse sentido, o Pentágono e a CIA já organizaram um vasto sistema de centros de tortura e de prisões secretas, em condições ainda piores.

O facto é revelado pela associação de juristas britânicos *Reprive*, a mesma que fez a recente denúncia pormenorizada dos voos secretos da CIA. Segundo este documento, agora divulgado pelo jornal bri-

tânico *The Guardian*, Washington terá tomado a decisão, para escapar a qualquer sanção judicial, de instalar as suas prisões secretas em porões de navios de guerra a navegar em águas internacionais. Foram identificadas 17 dessas novas prisões, incluindo os navios USS Ashland, USS Bataan e USS Peleliu. Trata-se, em geral, de navios de desembarque ou de assalto que têm a particularidade de possuir porões fáceis de adaptar, onde os prisioneiros são fechados em gaiolas alinhadas. Calcula-se que são já

cerca de 26 mil os detidos nestes “estabelecimentos”.

Desde 2001, terão já transitado 80 mil pessoas pelas prisões secretas dos Estados Unidos. Além disso, a *Reprive* identificou mais de 200 novos casos de “transferência extraordinária”, isto é, de raptos e prisões ilegais, desde que foi publicado pelo Conselho da Europa o relatório de Dick Marty e desde as promessas de George Bush de que os EUA abandonariam essas práticas.

Guardian / VoltaireNet / MV

Mudar de Vida . Julho 2008

Suíça: o capital que nos espreita

Era um punhado de jovens, activistas da associação ATTAC em Lausanne, que tinha decidido investigar as actividades de uma das grandes multinacionais suíças: a Nestlé. O tema não era inocente, porque não se tratava de ver como eram feitas papinhas para criar bebés sorridentes, rosados e gordinhos. Da investigação não iria resultar um cliché de publicidade sobre a empresa que mata a fome às crianças do mundo.

Pelo contrário: tudo levava a crer que a Nestlé ficaria mal na fotografia, que a sua voracidade pelos lucros poderia ser relacionada com a destruição de recursos naturais, com a perseguição de sindicalistas latino-americanos, e em especial com a política de privatização da água.

Mas lá por a investigação ser preocupante para os administradores da Nestlé, isso não os autorizava a tratarem a ATTAC como potencial organização terrorista. Os tribunais e a polícia nunca poderiam, em todo o caso, fazê-lo.

A Nestlé não esteve portanto com meias medidas: encomendou à Securitas uma operação de espionagem. A Securitas, por sua vez, contratou uma jovem que se apresentou com um nome falso ao grupo de trabalho da ATTAC,



manifestou interesse e assumiu tarefas na investigação, insinuou-se no círculo de amizades pessoais do grupo, frequentou as suas casas, obteve listas de endereços de correio electrónico e endereços postais.

Um belo dia, quando a investigação estava concluída e se preparava a sua publicação em livro, a infiltrada desapareceu. Agora, anos depois, o caso foi desmascarado. A Securitas confirmou a infiltração na ATTAC e a polícia do cantão de Vaud admitiu, embaraçada, que tinha conhecimento da sua existência. Segue-se um processo judicial contra a Nestlé e contra a Securitas, bem como uma responsabilização da polícia, promovida pelos grupos parlamentares da esquerda, por ter

permitido que se desenvolvesse uma operação em que era violada a privacidade de cidadãos e cidadãs que nada fizeram senão procurar a verdade sobre as maldades da Nestlé.

Entretanto, o sindicato da polícia suíça tomou posição num comunicado de imprensa considerando escandalosa a cumplicidade da polícia neste caso. No plano nacional, ao abrigo da lei de protecção de dados, foi exigido à Securitas o esclarecimento de todo o assunto e a chefe do Departamento da Polícia pediu igualmente contas. Vários partidos políticos e organizações, emitiram declarações e interpelaram o parlamento do cantão.

António Louçã

Congresso dos EUA aprova Plano México

O Plano México (oficialmente conhecido como Iniciativa Mérida) foi aprovado em Maio pelo congresso dos EUA. Proposto pelo presidente Bush em Outubro de 2007, o Plano destina 1400 milhões de dólares durante 3 anos para apoiar o governo mexicano na “guerra contra as drogas, luta antiterrorismo e segurança fronteiriça”. Neste ano, o plano prevê gastos de 550 milhões de dólares, dos quais 50 milhões destinados à América Central.

O Plano México não prevê a entrega de verbas ao governo mexicano, mas o treino das forças militares mexicanas com as forças militares norte-americanas e com empresas como Black Water, conhecidas pelas violações de direitos humanos no Iraque e em Nova Orleães após o furacão Katrina. O dinheiro também

será investido em modernos equipamentos de guerra e de espionagem.

Além de vários pontos em comum com o Plano Colômbia, que aprofundou as violações de direitos humanos naquele país e autorizou a perseguição da oposição, a Iniciativa Mérida está inserida no contexto do aumento da militarização do México, seguindo o cronograma da Aspan (Alianza por la seguridad y prosperidad de America del Norte, também conhecida como “NAFTA Plus”). O Plano é também parte da nova estratégia dos Estados Unidos de disputa da hegemonia na América Latina, servindo como uma espécie de experiência do processo de integração económica com países subdesenvolvidos.

CMI (Brasil) / MV



BREVES

Patriota polaco

Perante o penálti que permitiu à Áustria empatar com a Polónia no último minuto do jogo, o primeiro-ministro da Polónia confessou publicamente que teve vontade de matar o árbitro.

“Como primeiro-ministro tenho de ser ponderado e moderado mas ontem à noite eu queria matar”. Donald Tusk, homem da direita pura e dura a quem chamam o “Donald Rumsfeld polaco”, incondicional aliado de Bush, veio assim dar novo interesse, agora bélico, ao onipresente Campeonato Europeu de Futebol. Com uma caução destas, o árbitro inglês não pára de receber ameaças de morte, mesmo sabendo-se, pelas imagens, que o penálti foi indiscutível. Estará Tusk a pensar nalguma guerra preventiva contra a Áustria, a Inglaterra ou mesmo a Suíça?

Tudo em regra

Onze soldados paquistaneses foram mortos em 10 de Junho num ataque aéreo norte-americano na fronteira com o Afeganistão quando procuravam atacar geurrilheiros talibás. Aos protestos do governo paquistanês o chefe do estado-maior norte-americano respondeu que o ataque “respeitou todas as regras”.

Recorde de presos

O jornal *The Washington Post* noticiou que em 2006 o número de pessoas sob alçada da justiça nos EUA atingiu o recorde de 7, 2 milhões. Um por cento dos adultos estão detidos. O sistema custa por ano 29 mil milhões de dólares.

Com abrigo

Após denúncia do dono de uma casa no Japão, que começou a reparar que a comida lhe desaparecia do frigorífico, a polícia revistou a casa e encontrou uma mulher dentro de um armário, para onde já tinha levado um colchão. Detida pelas autoridades, a mulher, de 58 anos, respondeu que não tinha lugar para onde ir e que vivia ali há cerca de um ano.

Tele Visões

Enquanto a gente via os jogos

Fartei-me das bandeiras. Aquele Scolari é esquisito. Faz-se muito crente nas santinhas e nas bandeirinhas nacionais com ar de quem enrola meninos. Tinha uma, ainda do Euro 2004, mas nem a desenrolei. Ainda por cima, com a televisão avariada fiquei murcho. Tive de pedir ao Santiago para ir lá a casa ver os jogos. Esse então comprou uma bandeira de todo o tamanho, pendurou-a na janela, e alugou por um mês a SporTV. Passava os dias pregado ao televisor. As minhas conversas com ele foram de surdos. Ouvei na rádio a luta dos pescadores e avisei-o: Ó Santiago, já sabes?, não vai haver peixe. E ele: Este Nuno Gomes falha golos que até mete raiva – o que é que disseste? E eu: Nada, nada. Depois foram os camionistas e achei melhor dizer-lhe: Ó Santiago, já viste?, estes tipos não são de modas, são os espanhóis, são os franceses, são os portugueses. E ele, sem tirar os olhos do ecrã: os franceses acho fracos este ano, os espanhóis talvez lá vão, agora nós com estes gajos a falhar golos desta maneira... E eu: Homem, estou a falar dos camionistas, daqui a dias não vai haver nem gasolina nem comida, vais ver. E ele: é pá, por mim, com umas cervejolas e um bocado de pão com azeitonas está a andar. Não é isso pá, o país está praticamente parado, eles estão cheios de razão, isto não pode continuar assim. E ele: deixa-os lá, é assunto deles, os jogos não vêm de camião, fica descansado. Não é isso, Santiago. Então o que é? Nada, esquece. E fui-me embora. Só o voltei a ver depois do jogo com a Alemanha. Diz-me ele: então não foste lá a casa ver o jogo? Já adivinhavas que íamos perder, não? E eu: Não foi por isso – é que morreram dois tipos. E ele: Onde, nas bancadas? Não pá, na luta dos camionistas, um cá e outro em Espanha, atropelados por fura-greves. Quando? Enquanto a gente via os jogos. E ele: há?

Eugénio Silva

Por dentro da barbárie nazi

As *Benevolentes*, livro de Jonathan Littell, ed. D. Quixote

Jonathan Littell levou cinco anos a investigar o tema e a escrever o livro. Daí resultaram quase 900 páginas na edição portuguesa, escritas com grande rigor, sobre o labirinto burocrático do nazismo, o seu modo de funcionamento, os tiques de linguagem dos seus serventuários, as intrigas, os cargos, as funções, as pessoas. Do mesmo modo, o autor sabe do que fala ao retratar os problemas com que se debatia a máquina do genocídio: as primeiras execuções em massa, o trauma psicológico que era para os carrascos o terem de matar a curta distância, depois os gaseamentos em carros fechados e, em breve, Auschwitz. Ou o problema de Speer: querer extrair dos prisioneiros todo o trabalho possível, enquanto Eichmann tudo fazia para liquidá-los imediatamente.

E, apesar da erudição sufocante da obra, o oficial das SS Maximilien Aue é um fio condutor que nos prende à narrativa. Jovem, inte-

ligente, culto, ambicioso e sem escrúpulos, Aue é um típico trepador de aparelho, aparentemente fadado aos mais altos voos. A sua carreira não é posta em xeque pela quase assumida homossexualidade, nem pelo incesto com a irmã ou o homicídio da mãe e do padrasto, com laivos de tragédia grega incrustada no Holocausto. Quando muito, poderá ser-lhe fatal um daqueles caprichos de um superior hierárquico, mal-humorado no dia em que decide enviá-lo para Estalinegrado. E poderá salvá-lo um outro acaso igualmente caprichoso – estar ferido, em coma, e haver lugar para evacuá-lo no último avião que escapa entre os dedos da ofensiva soviética.

É verosímil a psicologia que Littell atribui ao seu protagonista: que outra coisa poderia alegar em sua defesa um criminoso de guerra, senão que houve e continua a haver outros crimes, noutras guerras? E quem perderia o tempo



a tentar explicar-lhe que esse não é um denominador comum a todos os seus “irmãos humanos”, e sim uma marca distintiva do imperialismo, que teve na barbárie nazi a sua expressão mais concentrada?

António Louçã

Na sociedade portuguesa de hoje

A *Memória e o Fogo*, livro de Jorge Valadas, ed. Livraria Letra Livre

Ao longo do livro, composto por textos de natureza diversa, o autor produz uma análise arguta e uma denúncia contundente da sociedade portuguesa dos nossos dias. Sobressaem as críticas ao messianismo patriótico interclassista, à política dos “clones portugueses de Tony Blair”, ao estalinismo, ao racismo, ao tratamento dado aos emigrantes e ao papel dos *media*.

E Valadas defende, ainda, de forma clara, a preservação da memória dos vencidos: “A memória que nestas páginas se reivindica diz respeito à experiência de classe que foi apagada pelos vencedores, é uma memória “subterrânea”, “escondida”. Em oposição à memória oficial, uma escolha de acontecimentos transformada em luta política.”

Marxista e libertário, Jorge Valadas procura transmitir aos seus leitores uma visão liberta de espalhos e conformismos institucionais e, assim, inculcar-lhes uma perspectiva emancipadora do homem e da sociedade.

Mesmo nem sempre estando de acordo com o autor, vale a pena ler este livro.

Pedro Goulart

Rubra Uma nova revista da esquerda revolucionária

Saíram em Abril e em Junho os dois primeiros números de uma nova revista (bimensal) editada por uma equipa de uma dezena de militantes afectos à esquerda não-parlamentarista, *Rubra*.

No seu primeiro editorial afirma-se: “Na luta contra a globalização capitalista, nenhuma nostalgia neokeynesiana substitui os 160 anos de juventude do Manifesto Comunista”. E ainda, depois de uma análise da situação social e política em Portugal e no mundo: “Antes de se fazer ouvir no parlamento, a luta deverá fazer-se ouvir nos espaços verdadeiramente públicos. Esta

revista quer contribuir para juntar as pontas duma resistência que até hoje permanece fragmentada”.

Em cada número, além de uma posição editorial, são publicados um dossiê temático (Autarquias na 1, Saúde na 2) e diversos artigos de análise e de opinião sobre temas nacionais e internacionais, com evidente critério de actualidade. Dirigida por Raquel Varela, a revista conta com um grupo de redactores e colaboradores que recentemente romperam com o Bloco de Esquerda ou que mantêm uma posição crítica em relação à sua evolução política. Saudamos o propósito destes



companheiros de contribuir para o reforço da esquerda revolucionária. Contactos e assinaturas: revistarubra@gmail.com

As antenas da democracia (4)

Da repressão individualizada à vigilância de massas

Em edições anteriores do *Mudar de Vida* – números 5, 6 e 7 da edição papel; e datas de 9 Fevereiro, 11 Abril e 29 Maio da edição electrónica – divulguei as informações mais significativas de um artigo sobre vigilância electrónica publicado em *The Economist* de 29 de Setembro de 2007. Concluo agora com alguns comentários.

Um dos aspectos que distingue a espionagem levada a cabo pelas velhas ditaduras da colossal operação de recolha de informações prosseguida pelas actuais democracias é a aceitação popular.

Sobretudo após os atentados de 11 de Setembro de 2001 contra as torres do *World Trade Center* e contra o Pentágono, basta invocar o argumento da luta contra o terrorismo para obter a aprovação pública de medidas de controlo e de fiscalização cada vez mais rigorosas. Sem dúvida que qualquer regime policial sempre fez da ameaça uma arma de constrangimento, mas agora, pelo facto de toda a gente sem excepção ser vigiada, o medo tornou-se global. Não basta uma pessoa não se meter em sarilhos, é também necessário que não haja sarilhos nas redondezas. O medo da polícia converte-se no medo dos outros.

É certo que os especialistas se mostram duvidosos acerca da eficácia dos modelos matemáticos de análise usados pelos bancos de dados electrónicos, considerando que eles atingem uma notável exactidão na previsão do comportamento de grandes conjuntos, por exemplo, a evolução de dados tipos de crimes, mas se mostram incapazes de antecipar comportamentos individuais, por exemplo, conspirações políticas realizadas por meia dúzia de indivíduos. Mas estas dúvidas dos cientistas não parece desarmarem os polícias. Apesar de eu não ser um especialista “pelo menos um especialista do lado de lá” parece-me que, independentemente de aqueles modelos matemáticos conseguirem ou não prever quem há-de lançar uma bomba daqui a dez anos, o seu objectivo principal para as polícias é outro. Trata-se de recolher enormes volumes de informação acerca de qualquer cidadão de qualquer país do mundo, sem que os atingidos saibam o que a polícia conhece a seu respeito. E como estes sistemas podem funcionar automaticamente, eles conseguem impedir as pessoas que forem classificadas acima de um dado grau de risco de obterem empregos



públicos ou bolsas de estudo ou simplesmente de embarcarem em aviões.

Do mesmo modo, estudos especializados têm chegado à conclusão que os sistemas de televisão em circuito fechado pouco contribuem para diminuir as taxas de criminalidade, mas não é por isso que as polícias e as firmas privadas de segurança deixam de os instalar. Não creio que o principal objectivo dessas câmeras seja deter carteiristas e outros meliantes, mas coligir dados acerca dos cidadãos comuns. Certos especialistas mostram-se igualmente prudentes a respeito do uso de amostras de DNA para detectar criminosos, apontando o facto de ser possível transferir DNA de alguém para lugares ou objectos onde a pessoa nunca esteve ou que nunca tocou. Mas, uma vez mais, parece-me que o objectivo não é facilitar a prisão de uma ou outra pessoa em particular, mas reunir um número crescente de informações sobre conjuntos cada vez maiores de pessoas.

Afinal, não teremos nós o direito democrático de sermos todos suspeitos?

João Bernardo

Desgarrados?

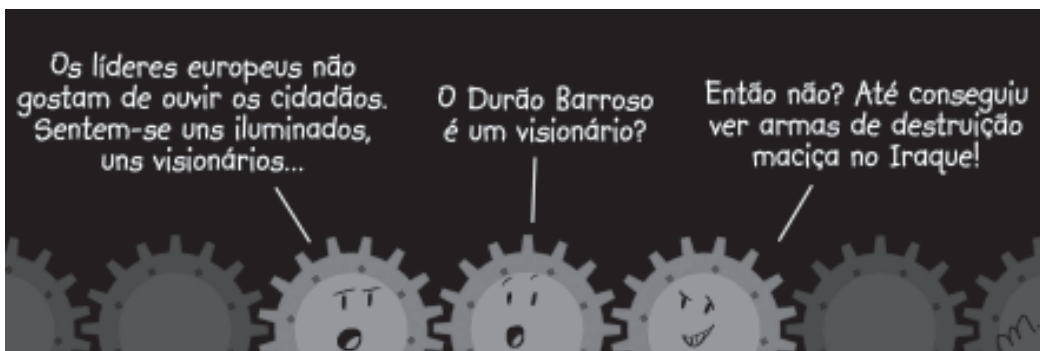
A grande manifestação realizada em Lisboa em 5 de Junho, por convocatória da CGTP, arrancou com os trabalhadores a gritarem contra o desemprego, contra as reformas de miséria, contra a precariedade no trabalho e acabou com os manifestantes a exigirem “fora o governo”. Pela sua dimensão, mais de 200 mil pessoas, só foi igualada pela de 18 de Outubro passado, contra o desemprego - e com o dado importante de ter havido junção de trabalhadores do sector público e do privado. Um número significativo de trabalhadores revelou uma posição reivindicativa e política mais avançada do que a dos próprios dirigentes da CGTP e isso expressou-se na exigência de queda do governo.

Na sua intervenção final, Manuel Carvalho da Silva salientou o crescendo de participação dos trabalhadores nestas acções de rua e anunciou a próxima jornada de luta nacional, em 28 de Junho. Mas, no noticiário da SIC, nessa noite, Carvalho da Silva disse: «Houve alguns grupos desgarrados de pessoas que gritaram “Governo para a rua” ou “Sócrates para a rua”, mas nós não subscrevemos essas palavras de ordem, nós exigimos novas políticas a este governo. Eram grupos desgarrados, não podemos controlar tudo». Também os membros do PS na direcção da CGTP (que dizem prezar a autonomia dos trabalhadores) reuniram na sede do partido, “muito indignados”, pelo facto de muitos trabalhadores terem gritado na manifestação a favor da demissão do governo.

Manuel Monteiro

Pauzinho na eng^Renagem

Manuel da Palma



DITO

Para quem tem uma boa posição social, falar de comida é coisa baixa. É compreensível: eles já comeram.

Bertolt Brecht (1898-1956)
Escritor/Dramaturgo alemão